



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 1430, DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a previsão de formação permanente de educadores com vistas à educação inclusiva e à elaboração e aplicação de planejamentos educacionais individualizados para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**Autora:** Deputada RENATA ABREU

**Relatora:** Deputada DAYANY BITTENCOURT

### 1 - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.430, de 2025, de autoria da Deputada Renata Abreu, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), para incluir dispositivos que preveem a formação permanente de educadores para atuação na educação inclusiva, com ênfase na elaboração e aplicação de planejamentos educacionais individualizados para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Na justificação, a autora destaca a necessidade de harmonizar a LDB com a Lei nº 12.764, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, reforçando a importância da capacitação contínua dos profissionais da educação para promover a inclusão efetiva dos estudantes.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

O projeto não possui apensos e, ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

### 2 - VOTO DA RELATORA

Nos termos do inciso XXIII, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cabe a esta Comissão se manifestar sobre o mérito da proposição em relação aos direitos das pessoas com deficiência.

O Projeto de Lei nº 1.430, de 2025, de autoria da Deputada Renata Abreu, propõe a modificação dos arts. 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o objetivo de estabelecer que os cursos de formação inicial e continuada dos docentes contemplem conteúdos e metodologias voltados à educação inclusiva, à compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à elaboração de planejamentos educacionais individualizados.

Trata-se de proposição relevante que busca fortalecer a qualidade e a efetividade da educação inclusiva no Brasil, mediante a qualificação adequada dos educadores para atendimento às especificidades dos estudantes com TEA.

A Constituição Federal, em seu art. 205, consagra o direito à educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O art. 206, inciso II, assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência na





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE**

escola, princípio basilar da educação inclusiva. Ademais, o art. 208, inciso III, garante atendimento especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A inclusão escolar de estudantes com TEA está, assim, respaldada por esses dispositivos constitucionais e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, internalizada pelo Brasil com status de emenda constitucional. A Convenção assegura o direito à educação inclusiva para as pessoas com deficiência, em igualdade de condições com as demais, com ênfase na acessibilidade e eliminação de barreiras e destaca a importância da formação adequada dos profissionais da educação para o cumprimento desse direito.

Com efeito, a Lei nº 12.764, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhece o direito à educação inclusiva como direito fundamental dessa população, destacando a necessidade de atendimentos educacionais individualizados.

A Lei nº 13.146, de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), reforça o direito à educação inclusiva e prevê a “adoção de práticas pedagógicas inclusivas nos programas de formação inicial e continuada de professores, bem como oferta de formação continuada para atendimento educacional especializado”. O Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta a LDB, exige a formação continuada dos profissionais para o atendimento especializado.

Dessa forma, o Projeto de Lei harmoniza-se com o sistema de proteção vigente no Brasil, cuja matéria já é, em parte, contemplada. No entanto, apresenta avanço ao explicitar no texto da LDB a necessidade de formação para a elaboração de planos educacionais individualizados, além da obrigatoriedade da formação permanente e continuada dos educadores, reforçando a capacitação técnica imprescindível à elaboração e aplicação desses planos.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Entretanto, com vistas a assegurar a coerência normativa do sistema jurídico vigente, propomos ajustes no substitutivo anexo.

1. A LDB utiliza o termo “educação especial” para atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais e altas habilidades. A política atual caminha para o paradigma da educação inclusiva, garantindo a permanência e participação plena de todos os estudantes.

Assim, o substitutivo mantém o termo “educação especial” para preservar a coerência normativa, mas esclarecemos que o projeto está alinhado ao paradigma inclusivo previsto na Constituição e na Convenção.

2. O atendimento educacional individualizado é direito de todos os estudantes com deficiência, conforme previsto na LBI, não se restringindo apenas aos estudantes com TEA.

Portanto, sugerimos garantir que a formação para o atendimento individualizado seja aplicável a todos os estudantes com deficiência, em conformidade com a Súmula aprovada por esta Comissão.

3. O Plano Educacional Individualizado (PEI), embora não previsto explicitamente na legislação, está implícito em diversas normas e consolidado como prática pedagógica essencial. A Lei nº 12.764/2012, a LBI, o Decreto nº 7.611/2011 e as Diretrizes do MEC reforçam a necessidade do atendimento educacional especializado.

Para garantir a utilização e o reconhecimento do PEI como instrumento pedagógico essencial para a efetivação da educação inclusiva, especialmente para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA),





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

propõe-se a inclusão expressa do termo na LBI, conferindo maior clareza ao normativo.

Com tais modificações, o substitutivo aprimora o texto original do Projeto de Lei nº 1.430/2025, contribuindo para a garantia do direito à educação inclusiva e de qualidade para estudantes com deficiência e da educação especial, inclusive aqueles com TEA, promovendo equidade, desenvolvimento integral e respeito à diversidade no sistema educacional brasileiro.

Por essas razões, no que tange ao mérito que cabe a esta Comissão, manifesto-me favoravelmente. Destaco, entretanto, que a análise ora realizada se focou nos aspectos relacionados à proteção dos direitos das pessoas com deficiência, sendo necessária, em momento oportuno, a apreciação pela Comissão de Educação acerca dos aspectos técnicos e pedagógicos da proposta.

### 2.1 – CONCLUSÃO DO VOTO

Diante do exposto, e considerando a relevância da matéria, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.430, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Salas das Comissões, em 12 de agosto de 2025.

  
Deputada **DAYANY BITTENCOURT**  
Relatora





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1430, DE 2025

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para incluir a previsão de formação permanente de educadores voltada à educação inclusiva, bem como à elaboração e aplicação de planos educacionais individualizados para estudantes com deficiência, inclusive aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O **Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Os arts. 61 e 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 61. ....

.....

*Parágrafo único.....*

*V – a atuação na educação especial, com ênfase na elaboração e aplicação de planos educacionais individualizados para o atendimento educacional especializado previsto no § 2º do art. 58 desta Lei, bem como no inciso VII do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão). (NR)"*

"Art .62.....

.....

*§ 9º Os cursos de formação inicial e continuada de docentes para a educação básica deverão contemplar conteúdos e metodologias voltados à educação*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

*especial, à elaboração de planos educacionais individualizados, bem como ao atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista nos termos do inciso VII do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (NR)."*

**Art. 2º** O art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

"Art. 28. ....

.....

§ 3º Para o atendimento previsto no inciso VII deste artigo, é dever das instituições de ensino elaborar, de forma personalizada, um conjunto de estratégias, adaptações curriculares e metodológicas para atender às necessidades específicas do estudante com deficiência, mediante a elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI)."

..... (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Comissões, em 12 de agosto de 2025.

  
Deputada **DAYANY BITTENCOURT**  
Relatora

